



ACÓRDÃO Nº627/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11376/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo Municipal de Cultura - FMC
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Márcio Gonçalves Bentes de Souza (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/MA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1857/2017-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta do Município de Manaus. Fundo Municipal de Cultura - FMC. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, itens 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em divergência com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Márcio Gonçalves Bentes de Souza, Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Gestor do Fundo Municipal de Cultura, exercício 2015, com fulcro no art. 5º, II da Resolução n.º 04/02 - RI-TCE/AM.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Márcio Gonçalves Bentes de Souza, Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Gestor do Fundo Municipal de Cultura, exercício 2015, no valor de R\$ 4.468,41 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), com fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei n.º 2.423/96, em razão do conjunto da obra;
 - 10.2.1 - **FIXAR** o prazo de 30 (trinta) dias, para que o responsável supra, recolha o valor da multa, que lhe fora aplicada, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com fulcro no art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº627/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.2 - AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

10.3. Determinar ao Fundo Municipal de Cultura - FMC que:

a) observe com rigor as normas exaradas pelo conselho federal de contabilidade, em especial da NBC T 16 que disciplina a escrituração da depreciação, bem como promova as definas correções visando o cumprimento do dispositivo legal;

b) observe o art. 94 da Lei 4.320/64 que regulamenta o controle e monitoramento dos bens patrimoniais c/c as determinações exaradas por esse colegiado;

c) observe com rigor o princípio da economicidade e eficiência quando da prática dos atos de gestão.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral